

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1730842 - CE (2018/0063403-2)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : SEVERINO ALENCAR PEIXOTO**  
**AGRAVANTE : NELSON VASCONCELLOS E SILVA**  
**AGRAVANTE : JOSE FRANQUILINO MATOS**  
**AGRAVANTE : JACI CARVALHO MATOS**  
**AGRAVANTE : JOSE RIBAMAR ALVES LINS**  
**ADVOGADO : FELIPE FIALHO NETO - CE011459**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015 SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE FERIADO LOCAL NO ATO DE INTERPOSIÇÃO. INTEMPESTIVIDADE EVIDENCIADA.**

**1.** Conforme consta do Enunciado Administrativo n. 3, do Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

**2.** A Corte Especial do STJ, nos autos do REsp 1.813.684/SP, reafirmou a necessidade de comprovação da existência de feriado local no momento da interposição do recurso, tendo, porém, modulado os efeitos dessa orientação, a permitir aos recursos interpostos antes da publicação desse acórdão a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazo em virtude de feriado local.

**3.** Em questão de ordem suscitada no referido julgado, contudo, a Corte Especial reexaminou o tema e reconheceu que a tese firmada por ocasião do julgamento do REsp 1.813.684/SP aplicava-se tão somente à possibilidade de comprovação de feriado de segunda-feira de carnaval, não sendo esta a hipótese dos autos.

**4.** *In casu*, verifica-se que o acórdão recorrido foi publicado no dia 5/6/2017 enquanto que a interposição do recurso especial somente se deu em 28/6/2017, quando já ultrapassado o prazo recursal, sendo, assim, manifesta a sua intempestividade.

**5.** Agravo interno não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves  
Relator